

Procuradoria vai analisar caso Baracat

O destino do Shopping Center Baracat, o item mais polêmico da pauta da 201ª reunião ordinária do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma), realizada ontem, no Palácio do Buriti, foi remetido às mãos da Procuradoria Geral do DF, que analisará todo o processo e dará um parecer legal a respeito do assunto, sem prazo definido. Enquanto isso, todas as aprovações e revalidações de alvarás de construção para o shopping ficam suspensas ou canceladas. A proposta do relator, o arquiteto Pedro Pereira da Silva Costa, foi votada e aprovada por unanimidade. A votação foi comandada pelo secretário de Viação e Obras, Carlos Magalhães.

Agora, a Procuradoria Geral terá apenas duas opções: a demolição do prédio ou a elaboração de um novo gabarito que comporte as "irregularidades" apontadas pelo relator. Segundo a análise de Pedro Costa, o Shopping Center Baracat está "irregular" em três pontos: invasão de área pública, fraude e prevaricação. Pedro Costa ainda disse que essas "irregularidades" foram conseguidas com apoio de funcionários do GDF, mais precisamente do Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras (DLFO).

Edmundo e José Baracat, irmãos e sócios no empreendimento, enviaram advogados à reunião do Cauma com um documento intitulado "Memorial", onde fazem um breve histórico de todo o processo, que se arrasta nas repartições do GDF desde 1975, e chama a atenção dos conselheiros para o fato de que o projeto foi aprovado pela Secretaria de Viação e Obras, pelo Departamento de Arquitetura e pelo então Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Citando o Artigo 153, parágrafo 3º da Constituição, que resguarda o "Direito Adquirido", os irmãos Baracat afirmam que estão nas mãos do Cauma "a melhor maneira de manter a respeitabilidade das homologações e resoluções administrativas, no cumprimento do caráter normativo das suas próprias decisões".

Após a leitura do documento pelo advogado Otávio Pimenta da Veiga Neves, o relator e conselheiro Pedro Costa apresentou o seu voto-parecer, sempre insinuando desonestade dos empresários em conjunto com funcionários do GDF, chegando até mesmo a falar em demolição. Em seguida, a diretora da Divisão de Exame e Aprovação de Projetos, a arquiteta Yara Andrade de Miranda, pediu a palavra e explicou alguns equívocos que estavam sendo cometidos e defendeu os funcionários da Secretaria de Viação e Obras das acusações de desonestade.

Há 15 anos trabalhando na SVO, Yara mostrou que vem apresentando relatório sobre as "irregularidades" do shopping, desde que foi constatada a primeira. Dentre a documentação apresentada por Yara está a revalidação do alvará de construção feita pelo próprio secretário Carlos Magalhães, que se defendeu fazendo acusações sem nexo, que iam desde a própria Yara até o secretário de Serviços Públicos, José Carlos Mello.

Yara explicou que todo o Setor Hoteleiro e o Setor Comercial Sul também cometem as mesmas irregularidades. O caso Baracat só apareceu porque ela foi chamada a elaborar um relatório sobre o andamento da obra e seus processos.

Pedro Costa, o relator, só conseguiu mesmo provar que o GDF não guarda corretamente seus documentos. Boa parte dos processos está destruída pela água, ou comida por baratas e ratos. E, sem estes documentos que estão faltando, é impossível se avaliar qualquer coisa feita no passado. Edmundo Baracat, no entanto, afirmou ter cópias de tudo e que vai apresentá-las na Justiça.

Só Congresso pode dar a autorização

O secretário de Viação e Obras, Carlos Magalhães, integrante do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma), não quis comentar uma possível omissão do Governo sobre a ocupação das áreas públicas na construção do Shopping Center Baracat. Magalhães disse que "um erro do passado não justifica uma aprovação ilegal hoje".

Para o secretário, é importante que se corrija o problema, já que "a autorização para construção de edifícios em área pública só poderia ser dada pelo Congresso". Informou que, de acordo com o relatório do arquiteto Pedro Costa, também integrante do Cauma, no prédio do Shopping Center Baracat foram construídos 5.200m² em terreno público.

De acordo com o parecer do arquiteto, o prédio, que fica ao lado do Venâncio 2000, diverge em muitos pontos do projeto original e das normas propostas pelo Governo, pois houve "aprovação irregular de várias modificações".

Irregularidades

O relatório do arquiteto aponta as seguintes irregularidades na construção do Shopping Center Baracat: "Os prédios são significativamente mais altos — têm 25,09m, quando o permitido para magazines é 23,00m; a parte dos escritórios também ultrapassa os 55,00m permitidos, possuindo 60,02m e está fora do quadrilátero permitido de 50 por 50cm; a área de construção é maior do que a permitida, pois os subsolos avançam até 15m além dos limites; e o prédio ocupa 15m de área pública de cada lado do lote".